



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2013

Introdução

Com a entrada em vigor da Lei-Quadro das Fundações e com a nomeação, por parte do Governo, do Presidente do Conselho de Administração, de acordo com os estatutos em vigor a 1 de Janeiro de 2013, a Fundação do Desporto iniciou a implementação dos procedimentos indispensáveis ao cumprimento na nova legislação.

Dado que a Fundação foi qualificada como “Fundação público-privada”, houve necessidade de solicitar um parecer jurídico externo sobre as implicações da nova qualificação, atendendo que, até à publicação da nova Lei-Quadro, a Fundação do Desporto era uma instituição de direito privado e utilidade pública.

O Conselho Administração, debruçando-se sobre o assunto, concluiu – após os vários esclarecimentos obtidos – que, se se mantivesse a qualificação atribuída pela referida Lei-Quadro, a Fundação perderia o estatuto de direito privado e utilidade pública e teria de cumprir as regras definidas para a Administração Pública em geral, o que contrariava o espírito dos membros fundadores.

Dado que até 15 de Julho deste ano, a Fundação teria que adaptar os estatutos à nova realidade jurídica atribuída, o Conselho de Administração deliberou aprovar as adaptações às novas regras, excepcionando no que se refere ao seu regime jurídico, que manteve como de direito privado e utilidade pública, decisão que o Conselho de Fundadores também sancionou, versão que, como determina a Lei-Quadro, foi remetida para apreciação da Presidência do Conselho de Ministros (PCM).

Pelo ofício datado de 15 de Novembro, a PCM deu conhecimento que, por despacho do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, tinha sido “*deferido o pedido de alteração de alteração estatutária apresentada pelos órgãos próprios da Fundação do Desporto*”.

Com a aprovação das alterações propostas, a Fundação foi classificada como “*instituição de direito privado e utilidade pública*”, tendo como “*objecto social a promoção e do desporto e do bem-estar físico*” e as “*atribuições – entre outras – da coordenação nacional dos Centros de Alto Rendimento, que inclui a captação e gestão do financiamento, bem como a organização e apoio à promoção de eventos no âmbito desportivo*”.

A meio do ano, a substituição do titular governamental responsável pela pasta do Desporto e Juventude levou a uma reavaliação da estrutura orgânica da Fundação, em especial no que se referiu ao Presidente do Conselho de Administração, nomeado em finais de Dezembro de 2012, que originou a indicação e tomada de posse, em Agosto deste ano, de um novo Presidente do Conselho de Administração, por exoneração do anterior.

Actividade desenvolvida

Definido que foi o quadro jurídico e de acordo com o estatutariamente determinado, iniciou-se o desenho de uma nova acção da Fundação – no que se considera o ano zero – com vista ao cumprimento das novas normas estatutárias.

Nesse quadro, a primazia foi dada à análise da situação, em todas as vertentes, em que se encontravam os vários Centros de Alto Rendimento, mormente no que respeita ao modelo de gestão a implementar, tendo ficado decidido que a gestão geral de cada CAR ficaria sob a responsabilidade da Câmara Municipal proprietária.

Numa segunda linha, a necessidade de, com os Membros Fundadores efectivos, implementar a programação quanto ao cumprimento dos compromissos financeiros, não só em relação ao passivo existente – em relação a alguns – como também encontrar o caminho para que, a partir do ano de 2014, se definisse o valor das futuras entregas.

Num terceiro vector, foi protagonizada a recomposição dos órgãos sociais, exceptuando o Conselho Fiscal porquanto, até final do ano, o Ministério das Finanças não nomeou o Presidente do Conselho de Administração, como se encontra vertido nos estatutos da Fundação.

Foram ainda dados passos no sentido de conquistar novos Membros, ao mesmo tempo que se iniciou a análise de processos de apoio a eventos desportivos que se vão organizar em Portugal, num conjunto alargado de contactos com outras entidades oficiais e putativos parceiros, com vista solidificar a estrutura e preparar a Fundação para outras actividades a partir do próximo ano de 2014, que se vislumbram como de primordial importância para o apoio à promoção e desenvolvimento do desporto em Portugal.

O que gerou uma actividade intensa entre Setembro e Dezembro deste ano, sob a coordenação do Presidente que tomou posse em finais de Agosto.

No plano financeiro, foram superadas as dificuldades de tesouraria que se verificaram ao longo do ano, em especial pela liquidação, por parte do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P. de uma parte relativa à dotação de capital inicial ainda em débito, bem como de um donativo atribuído pela EDP Internacional, S.A.

O resultado líquido negativo apurado no exercício findo, no valor de € 92.057,24, ficou a dever-se, fundamentalmente, ao acréscimo na rubrica de gastos com pessoal, em resultado da nomeação dos Presidentes do Conselho de Administração.

Pelo que se propõe, em função de procedimentos idênticos anteriormente assumidos, seja associado aos saldos existentes e integrado na rubrica de Resultados Transitados, no Exercício de 2014.

Algés, 12 de Março de 2014

Pe'l'A Comissão Executiva

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'C. M. G.', is written over a horizontal line.

Carlos Manuel Marta Gonçalves
(Presidente)

ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Corpos Sociais estão constituídos da seguinte forma:

Conselho de Fundadores



Presidente - Eng.º António Bragança Fernandes
(Câmara Municipal da Maia)

Vice-Presidentes

- Dra. Sara Carvalho Ramos (EDP)
- Dr. Ilídio Trindade (CDP)

Os restantes membros representam as Instituições e Empresas aderentes – que se referem a seguir – e que, por força dos Estatutos, não são fixos mas sim designados, por norma e pela respectiva entidade, reunião a reunião.

Instituições

- Câmara Municipal da Maia – referido acima
- IPDJ, I.P. - Mestre Augusto Fontes Baganha
- COP – Dr. José Manuel Constantino
- CDP – Dr. Ilídio Trindade

Empresas

- RTP – Dr. Carlos Maio
- LACTOGAL – Comendador Manuel Casimiro de Almeida
- EDP – referido acima
- Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, SA – Dr. Nuno Pinto de Magalhães
- GALP Energia – Dr. Eduardo Guedes de Oliveira
- SONAE / Sport Zone – Dr. Ricardo Cunha Lopes

Conselho de Administração



Presidente

- Dr. Carlos Manuel Marta Gonçalves

(Nomeado por despacho do Primeiro Ministro e do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares)

Vice-Presidentes

- Dr. Nuno Pinto Magalhães (Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, SA)

- Dr. Paulo Miraldo (EDP)

Vogais

- Dr. João Bibe (IPDJ, I.P.)

- Dr. José Manuel Araújo (COP)

- Prof. Doutor Carlos Paula Cardoso (CDP)

- Dr. Carlos Maio (RTP)

Conselho Fiscal



Presidente

- Dr. António Bernardo de Menezes e Lorena de Sèves
(Designado pelo Ministério das Finanças)

Vogais

- Dr. Mário Luiz Salvo Paiva
(Eleito pelo Conselho de Fundadores)

- Dr. José de Sousa Santos
(ROC - Eleito pelo Conselho de Fundadores)

Comissão Executiva

- Dr. Carlos Manuel Marta Gonçalves (Presidente)
- Dr. Paulo Miraldo (Vogal)
- Mestre Augusto Fontes Baganha (Vogal)

Comissão de Vencimentos

- Comendador Manuel Casimiro de Almeida (Presidente)
- António Bernardo de Menezes e Lorena de Sèves (Vogal)
- Dr.^a Sara Carvalho Ramos (Vogal)

Coordenação dos Serviços



Artur Madeira
Secretário-geral

Ana Margarida Caetano

Secretariado